Palestra para o Apostolado da Oração – 25 de Setembro de 2016

A Sagrada Escritura

O Concílio Vaticano II, na Constituição Dogmática "Dei Verbum", no nº 21, afirma que "a Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, como também o próprio corpo do Senhor", e, mais na frente, no mesmo número, que "sempre considerou as divinas Escrituras e continua a considerá-las, juntamente com a Sagrada Tradição, como regra suprema da sua fé (...) Elas continuam a dar-nos imutavelmente a palavra do próprio Deus e fazem ouvir a voz do Espírito Santo através das palavras dos profetas e apóstolos". Consideremos agora alguns pontos importantes sobre a Escritura Sagrada.

As Tradições do Pentateuco

O Pentateuco seria a compilação de quatro "tradições" ou "documentos" – a tradição "Javista" (J), a "Eloísta" (E), a "Deuteronomista" (D) e a "Sacerdotal" (P) – diferentes quanto à idade e ao ambiente de origem, mas todas elas muito posteriores a Moisés.

A mais antiga seria a "tradição Javista" (J) – segundo Wellhausen-Graf, "Documento Javista" – assim denominada por designar a Deus, desde o relato da criação, com o nome "Javé". Sabemos que, após a morte de Salomão, filho de Davi, a "Terra Santa" foi dividida em dois reinos distintos e rivais entre si: Israel e Judá. O "Javista" teria sido redigido em Judá, no reino do Sul, por volta do século IX. Entretanto, críticos modernos estão inclinados a datá-la no reinado de Salomão ou mesmo de Davi, portanto, antes do cisma Norte-Sul.

Revelação e Escritura

Deus revelou-se a si mesmo e o mistério de sua vontade, a fim de que os homens pudessem ter acesso a sua vida. Esta revelação divina tem seu ponto culminante na pessoa de Jesus, que é o seu mediador e a sua plenitude. Ele é a palavra do Pai encarnada, que veio dar a vida em abundância aos homens. Ora, aquilo que o Senhor revelou, por atos e palavras, foi entregue aos apóstolos, com a missão de transmitir às futuras gerações. Esta tradição apostólica guarda e comunica na sua pregação oral, na sua vivência e nas suas instituições aquilo que receberam do próprio Cristo. Foi ela quem mostrou à Igreja quais são exatamente os livros sagrados que contêm a Palavra de Deus escrita pela inspiração do Espírito Santo.
Conferir Prologo do Evangelho de São João e Capitulo 1º da Carta aos Hebreus.

A Bíblia

Do ponto de vista etimológico, a palavra 'Bíblia' significa conjunto de pequenos livros. O termo latino tem sua origem no grego e, nesta língua, 'bíblia' é o diminutivo plural de biblos (livro). Bíblia ficou como designativo para os livros nos quais a Igreja reconheceu como inspirados. Outros nomes podem ser dados aos escritos, tais como Sagrada Escritura, Sagradas Letras, Divina Escritura. De forma geral, apresentam o duplo caráter dos escritos. Por um lado, são inspirados pela ação do Espírito Santo e, por outro, são escritos por homens, os hagiógrafos, situados em determinado momento histórico.

Cânon Bíblico

O termo grego cânon significa relação, catálogo, tabela, lista. Sendo assim, o cânon bíblico é a lista dos livros que a Igreja reconheceu como inspirados e que contêm, por isso, a Palavra de Deus. Podemos perceber ao longo da história uma diferença na definição do cânon entre os cristãos: a Bíblia católica possui 73 livros, enquanto que a Bíblia protestante possui 66 livros. Esta última possui menos sete livros e alguns trechos (perícopes): Tobias, Judite, Sabedoria, Baruc, Eclesiástico, 1 e 2 Macabeus, além de Ester 10,4-16; Daniel 3,24-20; 13–14.

Livros Apócrifos

Apócrifos são os livros que foram escritos pelo povo de Deus, mas não foram considerados pelo Magistério da Igreja como revelados pelo Espírito Santo; portanto, não são canônicos, isto é, não fazem parte do cânon (índice) da Bíblia. As razões que levaram a Igreja a não considerá-los como Palavra de Deus é que muitos são fantasiosos sobre a Pessoa de Jesus e sobre outros personagens bíblicos. Além disso, muitos destes possuem até heresias como o gnosticismo. No entanto, neles há algumas verdades históricas, e isso faz a Igreja considerá-los importantes nos estudos.

Por que esta diferença?

Esta diferença se dá porque Lutero, no século 16, assumiu a classificação feita pelos judeus da Palestina, no primeiro século. A classificação palestinense ocorreu no sínodo de Jâmnia e dizia que os livros inspirados deviam obedecer quatro critérios: serem escritos em hebraico, serem escritos na Terra Santa, terem sido escritos antes do tempo do governador Esdras e, sem contradição, com a lei (Torá).

Ora, a questão é que os apóstolos e os evangelistas não utilizaram este cânon de Jâminia, mas usaram a versão dos Setenta, que possuía aqueles livros e perícopes rejeitadas pelos judeus. De fato, das 350 citações do Antigo Testamento no Novo, 300 pertencem à Bíblia dos Setenta. Até o século 16, a Tradição da Igreja sempre citou aqueles sete livros e aquelas passagens como Sagrada Escritura, levando o Concílio de Trento a afirmar, de maneira categórica, que eles são livros e passagens inspirados pertencentes ao cânon.

O Antigo e o Novo Testamento

A Bíblia se divide em duas partes segundo a centralidade do seu conteúdo. A primeira parte chamada de Antigo Testamento trata da Antiga Aliança que Deus selou com os israelitas, se tornando o seu Deus. Possui 46 livros divididos em quatro grupos, de acordo com o conteúdo e o gênero que pertencem: o Pentateuco; os livros históricos; os livros proféticos e os sapienciais. A segunda parte, chamada de Novo Testamento, trata da Nova Aliança, prometida já na Antiga. Esta Nova Aliança se dá com o mistério pascal de Cristo. Possui 27 livros, que podem ser divididos da seguinte maneira: os evangelhos; os Atos dos Apóstolos; as cartas de São Paulo; as cartas católicas e o livro do Apocalipse.

A nossa palavra 'testamento' vem do grego diathéke e significa "a vontade de um testamento; um pacto, uma aliança". Esta, por sua vez, tenta traduzir o termo hebraico berit, que corresponde à aliança feita entre Deus e os homens, testemunhadas na Sagrada Escritura. No Antigo Testamento, três alianças se destacam: a feita com Noé, a com Abraão e, por último e retomando todas as anteriores, a com o povo de Israel. No Novo Testamento, Jesus vai ser a Nova Aliança, plenificando a aliança com o Antigo Povo, universalizando-a e tornando-a eterna e definitiva.

Como está dividida a Bíblia? Quais livros a compõem?

A Bíblia está dividida em duas grandes partes:

Antigo Testamento: Que são todos os livros escritos a partir do séc. XV a.C. até o nascimento de Cristo. Contém a Lei de Deus dada a Moisés, a história do povo de Israel e suas reflexões, bem como a previsão da vinda do Messias, que se deu com a vinda de Jesus Cristo.

Novo Testamento: Que são todos os livros escritos após a vinda de Jesus até o final do séc. I d.C.. Traz a vida e as obras de Jesus, a criação e a expansão da Igreja, além de documentos de formação do povo cristão.

Essas duas grandes divisões estão, ainda, subdivididas de acordo com o conteúdo dos livros.

Temos assim, para o Antigo Testamento:

Livros da Lei: também chamados de Pentateuco, isto é, os "cinco livros" de Moisés, que abrem a Bíblia, e falam da Criação de Deus e da formação de seu Povo Eleito: Israel.

Livros Históricos: são os livros que descrevem as guerras de Israel, bem como a história de seus reinos.

Livros Didáticos: ou sapienciais, apresentam a sabedoria e poesia dos hebreus.

Livros Proféticos: foram escritos por profetas que pregavam o arrependimento e preparavam o povo eleito para a chegada do Messias Salvador.

enquanto que, para o Novo Testamento, temos:

Livros do Evangelho: narram a vida, os ensinamentos, os milagres e a obras do Messias Jesus Cristo.

Livro Histórico: apresenta a instituição e expansão da Igreja Cristã, primeiro na Palestina e, a seguir, no mundo até então conhecido.

Epístolas: são as doutrinas e exortações escritas por alguns Apóstolos de Cristo e encaminhadas a comunidades ou fiéis cristãos.
Livro Profético: traz a vitória de Cristo e sua Igreja sobre as forças do mal e o juízo final.

Os livros que compõem a Bíblia são 73, sendo 46 do Antigo Testamento e 27 do Novo Testamento. São eles:

ANTIGO TESTAMENTO

Gênese
Êxodo
Levítico
Números
Deuteronômio
Josué
Juízes
Rute
Samuel - Livro I
Samuel - Livro II
Reis - Livro I
Reis - Livro II
Crônicas - Livro I
Crônicas - Livro II
Esdras
Neemias
Tobias
Judite
Ester
Macabeus - Livro I
Macabeus - Livro II
Jó
Salmos
Provérbios
Eclesiastes
Cântico dos Cânticos
Sabedoria
Eclesiástico
Isaías
Jeremias
Lamentações de Jeremias
Baruc
Ezequiel
Daniel
Oséias
Joel
Amós
Abdias
Jonas
Miquéias
Naum
Habacuc
Sofonias
Ageu
Zacarias
Malaquias

NOVO TESTAMENTO

Evangelho de Mateus
Evangelho de Marcos
Evangelho de Lucas
Evangelho de João
Atos dos Apóstolos
Epístola aos Romanos
1ª Epístola aos Coríntios
2ª Epístola aos Coríntios
Epístola aos Gálatas
Epístola aos Efésios
Epístola aos Filipenses
Epístola aos Colossenses
1ª Epístola aos Tessalonicenses
2ª Epístola aos Tessalonicenses
1ª Epístola a Timóteo
2ª Epístola a Timóteo
Epístola a Tito
Epístola a Filemôn
Epístola aos Hebreus
Epístola de Tiago
1ª Epístola de Pedro
2ª Epístola de Pedro
1ª Epístola de João
2ª Epístola de João
3ª Epístola de João
Epístola de Judas
Apocalipse de João

A hipótese da fonte Q (QUELLE) e as origens dos evangelhos de Mateus e Lucas

A fonte Q é um texto dos ditos ou logia de Jesus, que é admitido como uma das duas fontes escritas que foram usadas como referência pelos escritores dos evangelhos de Mateus e Lucas. A outra fonte é o evangelho de Marcos, que é reconhecido como o mais antigo dos evangelhos. Esta fonte Q é definida como sendo o material encontrado tanto nos evangelhos de Mateus e de Lucas, mas que não é encontrado no evangelho de Marcos. A fonte Q é, supostamente, o material que é baseado na tradição oral do cristianismo primitivo, e conteria os ensinamentos de Jesus, talvez até mesmo escritos por ele mesmo.

Ao lado da hipótese marconiana (que afirma que o evangelho de Marcos é o mais antigo), a hipótese da fonte Q foi estabelecida em 1900, e ambas constituem os fundamentos dos estudos modernos sobre as origens dos evangelhos. O estudioso inglês Burnett H. Streeter formulou uma visão amplamente aceita de como seria a fonte Q: ela teria sido um documento escrito (e não apenas uma tradição oral), composta em grego, e que quase todo o seu conteúdo aparece em Mateus ou em Lucas, ou em ambos, e que o evangelho de Lucas é o que mais preserva sua forma original na ordem do texto do que Mateus. Na hipótese das duas fontes, Mateus e Lucas usam o evangelho de Marcos e a fonte Q como suas fontes. Alguns eruditos postulam que Q era na verdade uma pluralidade de fontes, algumas

compostas por escrito, e outras orais. Outros tem tentado determinar as etapas nas quais Q foi composta.

O PAPA DÂMASO E SÃO JERÔNIMO

O Papa Dâmaso confiou a São Jerônimo a incumbência de revisar uma antiga tradução dos quatro Evangelhos em latim

Jerônimo foi uma personalidade célebre de seu tempo. Sua capacidade intelectual é demonstrada pela vasta quantidade de textos escritos e traduzidos por ele. Com absoluta certeza seu trabalho mais conhecido é a Vulgata, ou seja, uma versão da Bíblia em latim. Histórias antigas, quando recontadas com frequência, terminam por receber novos elementos que, por vezes, acrescentam, abreviam ou modificam a história original. Por ser este o mês da Bíblia resolvemos abordar a questão da Vulgata, juntamente com todo o trabalho realizado por São Jerônimo ao traduzi-la.

São Jerônimo e as traduções da Bíblia

Ordenado sacerdote em 379 d.C., São Jerônimo acompanhou o Bispo Paulino a um concílio regional em Roma. Nesse tempo foi apresentado ao Papa Dâmaso como um exegeta e profundo conhecedor das línguas bíblicas. Por causa da clareza de suas ideias e grande conhecimento, o Pontífice o escolheu para ser seu secretário e em 382 d.C., confiou-lhe a incumbência de revisar uma antiga tradução dos quatro Evangelhos em latim. Ele concluiu este trabalho antes da morte do Papa Dâmaso (11/12/384) e acrescentou também uma versão dos salmos, traduzida do texto grego, que ficou conhecida como Septuaginta.

Expulso de Roma em 385, São Jerônimo se deslocou para Belém na Terra Santa, onde teve contato com a versão hebraica do Antigo Testamento, especialmente com um livro que apresentava lado a lado, de forma comparativa, os diferentes textos do Antigo Testamento nas línguas disponíveis naquele tempo.

Tradução do Antigo Testamento

Este santo e doutor da Igreja se interessou pelo texto em hebraico e iniciou uma nova revisão, de cunho pessoal, em sua tradução dos salmos, por meio da qual comparava o texto hebraico e grego para depois escrevê-lo em latim. Esta versão dos salmos ficou conhecida como Galicana porque foi usada amplamente na Igreja da França (Galia em latim). Com o

sucesso dessa tradução ele começou a traduzir todo o Antigo Testamento, mas, a partir desse momento, não utilizava mais a versão grega e sim a hebraica. Este enorme trabalho prolongou-se por 15 anos, do ano 390 a 405, incluindo uma nova tradução dos salmos feita somente do texto hebraico. Esta tradução do Antigo Testamento foi chamada por São Jerônimo de iuxta hebraeos (que significa "próximo aos hebreus" em português), a qual, somada aos textos do Novo Testamento, traduzidos para o latim, chamou-se Vulgata, isto é, em língua vulgar ou comum.

Para aprofundar

Para saber mais sobre o assunto, conferir os parágrafos do Catecismo da Igreja Católica (CEC) dos números 51 a 82 e 101 a 133; o Compêndio do Catecismo, da pergunta 18 até a 24; e a Constituição Dogmática "Dei Verbum", do número 14 ao 20.

Organizada por:

Pe. Marcos Paulo Cestare de Souza
Sacerdote da Diocese de Presidente Prudente/SP
Atualmente pároco na Paróquia Nossa Senhora Desatadora dos Nós e São José de Anchieta
Presidente Prudente/SP